

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 742.005
PERNAMBUCO

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: GILDO DE OLIVEIRA PASSOS
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MAGISTÉRIO. CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. SERVIÇO PRESTADO ANTES DA EC 18/81. POSSIBILIDADE.

1. No regime anterior à Emenda Constitucional 18/81, a atividade de professor era considerada como especial (Decreto 53.831/64, Anexo, Item 2.1.4). Foi a partir dessa Emenda que a aposentadoria do professor passou a ser espécie de benefício por tempo de contribuição, com o requisito etário reduzido, e não mais uma aposentadoria especial.

2. Agravo regimental a que se dá parcial provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência da Ministra CÁRMEN LÚCIA, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em dar parcial provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Brasília, 18 de março de 2014.

Ministro TEORI ZAVASCKI
Relator

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 742.005
PERNAMBUCO**

RELATOR	: MIN. TEORI ZAVASCKI
AGTE.(S)	: GILDO DE OLIVEIRA PASSOS
ADV.(A/S)	: BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): Trata-se de agravo regimental contra decisão que conheceu de agravo para dar provimento a recurso extraordinário ao fundamento de que “não é cabível, para fins de aposentadoria, a conversão de tempo de serviço especial prestado em função de magistério em tempo de serviço comum” (v. 49 – fl. 3).

Sustenta a parte agravante, em suma, que (a) a matéria discutida no recurso extraordinário é infraconstitucional; (b) não havia óbice à conversão do tempo de atividade de magistério em tempo comum quando o agravante exercia tal atividade; (c) é pacífico na jurisprudência pátria o entendimento de que é possível a conversão em tempo comum do tempo de atividade prestada como professor, mesmo após o advento da EC 18/81.

É o relatório.

18/03/2014

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 742.005
PERNAMBUCO

VOTO

O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR): 1. A decisão agravada é do seguinte teor:

2. Não assiste razão à parte recorrida relativamente às preliminares de não-conhecimento do recurso extraordinário, o qual preenche os requisitos constitucionais e legais exigidos para a sua admissão. Sobre os óbices alegados, cumpre dizer que (a) a matéria constitucional foi devidamente prequestionada; e (b) foi indicada violação a dispositivos da Constituição Federal. Quanto à repercussão geral, dispõe o § 3º do art. 543-A do CPC que “haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal”. É o que ocorre no caso, como se demonstrará a seguir.

3. É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento de que “o direito a aposentadoria especial dos professores só se aperfeiçoa quando cumprido totalmente este especial requisito temporal no exercício das específicas funções de magistério, excluída qualquer outra” (ADI 178, rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Tribunal Pleno, DJ de 26-04-1996). Assim, não é cabível, para fins de aposentadoria, a conversão de tempo de serviço especial prestado em função de magistério em tempo de serviço comum. Nesse sentido: RE 719.936-AgR, rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, DJe de 11-04-2013; ARE 703.551-AgR, rel. Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, DJe de 06-12-2012; RE 288.640-AgR, rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, DJe de 01-02-2012; RE 528.343-AgR, rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 30-11-2010; e ADI 755, Tribunal Pleno, rel. Min. MARCO

ARE 742005 AGR / PE

AURÉLIO, DJ de 06/12/96.

2. Existem dois períodos distintos na natureza jurídica da atividade de magistério no Regime Geral de Previdência Social (RGPS): (a) até 8 de julho de 1981, dia anterior à data da publicação da Emenda Constitucional 18/81, em que era considerada atividade especial; (b) e a partir de 9 de julho de 1981, quando passou a ser tratada como uma espécie de benefício por tempo de contribuição.

Inicialmente, o Decreto 53.831/64, que regulamentava a aposentadoria especial, inseriu a atividade de professor em seu Anexo, na relação das atividades profissionais submetidas à aposentadoria especial:

CÓDIGO / CAMPO DE APLICAÇÃO / SERVIÇOS E
ATIVIDADES PROFISSIONAIS / CLASSIFICAÇÃO / TEMPO
DE TRABALHO MÍNIMO / OBSERVAÇÕES

(...)

2.1.4 / MAGISTÉRIO / Professores / Penoso / 25 anos / (...)

Portanto, a atividade de professor era presumidamente considerada como nociva à saúde, motivo pelo qual gerava direito à aposentadoria especial, com o consequente direito subsidiário à conversão de tempo especial em comum para aproveitamento em outro benefício.

3. Com a publicação da Emenda Constitucional 18/81, que alterou o inciso XX do art. 165 da Constituição de 1969, a aposentadoria do professor passou a ser uma espécie de benefício por tempo de contribuição com o requisito etário reduzido:

“XX - a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com salário integral”.

Seguindo essa mudança, as normas da Constituição de 1988 que asseguram o direito dos professores a uma aposentadoria com idade

ARE 742005 AGR / PE

reduzida fazem remissão à aposentadoria voluntária (nos Regimes Próprios de Previdência Social) e à aposentadoria por tempo de contribuição (no Regime Geral de Previdência Social) :

“Art. 40. (...) § 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

(...)

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher

(...)

§ 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, ‘a’, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.

“Art. 201. (...)

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

(((((...)))))

§ 8º Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio”.

ARE 742005 AGR / PE

Da mesma forma, seu fundamento legal no RGPS está no art. 56 da Lei 8.213/91, inserido entre as regras da aposentadoria por tempo de serviço:

“Subseção III

Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

(...)

Art. 56. O professor, após 30 (trinta) anos, e a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em funções de magistério poderão aposentar-se por tempo de serviço, com renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício, observado o disposto na Seção III deste Capítulo.

Subseção IV

Da Aposentadoria Especial

Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei”.

Por essa razão, a redução de 5 anos para os professores não incide sobre as aposentadorias especial e por idade, mas apenas sobre a aposentadoria por tempo de contribuição. Em consequência, não é possível efetuar a “conversão” de tempo trabalhado como professor para aproveitamento em outras espécies de aposentadoria, porque não mais se trata de tempo especial.

O agravo regimental traz subsídio apto a alterar parcialmente esses fundamentos, considerando que o agravante exerce atividade de magistério desde 01/01/1974, razão pela qual deve ser assegurado o seu direito à conversão de tempo especial para comum desde essa data, e até o dia anterior à data da publicação da Emenda Constitucional 18/81, em 9 de julho de 1981.

**4. Diante do exposto, dou parcial provimento ao agravo regimental.
É o voto.**

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 742.005

PROCED. : PERNAMBUCO

RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI

AGTE.(S) : GILDO DE OLIVEIRA PASSOS

ADV.(A/S) : BRUNO DE ALBUQUERQUE BAPTISTA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Decisão: A Turma, por votação unânime, deu parcial provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 18.03.2014.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira
Secretária Substituta